

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Fomes de Leão e Iadil Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Hélio Schwartzman,
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,
Patrícia Branco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos,
Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacic (finanças, planejamento
e novos negócios) Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),
João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Verba de emendas deve seguir critérios técnicos

É democrático que o Congresso decida sobre o Orçamento, mas prioridade para curras eleitorais não é republicana e prejudica a população

O governo federal estima que vá desembolsar R\$ 2,8 trilhões neste ano, excluídos os gastos com juros. Mais de 95% desses recursos vão para despesas obrigatórias, como aposentadorias, salários e ônus constitucionais da saúde e da educação. Resta algo em torno de R\$ 200 bilhões para custear a máquina, prestar serviços e investir.

Por meio de emendas ao Orçamento, deputados e senadores podem definir o destino de cerca de 21% desse montante, mas reclamam da execução de tais dotações, da liberação e do gasto efetivo. Na verdade, pressionam o governo com agressividade.

Chegam a pedir a saída de ministros, como Nísia Trindade (Saúde), de quem cobram relatórios sobre o uso do dinheiro — o que seria concreto, se o objetivo fosse meritório.

Demandar e obter as verbas aprovadas não resulta, necessariamente, em corrupção, embora haja casos investigados pela Polícia Federal. O fato de que parcela do Orçamento seja destinada a municípios tampouco é motivo, por si só, de condenação. O conjunto da obra que está em questão.

O investimento federal não passou de R\$ 60 bilhões em 2023. Parte relevante é pulverizada em despesas parciais, de compra de caixas d'água a capôtes para a polícia, que bem podem ser necessidades, mas não são consideradas

do ponto de vista do uso mais eficiente dos recursos federais. Não há plano geral de avaliação do mérito das emendas e do uso alternativo do dinheiro a elas destinadas. Ademais, a pulverização dificulta a reunião de recursos para investimentos maiores, que resolvam problemas de infraestrutura, sejam eles sanitários, de transporte, de pesquisa científica ou de comunicações, por exemplo.

A distribuição política de verbas também prejudica a conclusão de obras, já que é preciso agradar a mais curras eleitorais, em vez de seguir a ordem de prioridade da execução de trabalhos.

O problema é histórico. Nos últimos cinco anos, contudo, se agravou, dado o fortalecimento do Parlamento, que emparedou o Executivo por meio de pressão política e barganhas para aprovação de medidas. Atualmente, o Congresso controla ao menos 25% da verba de sete ministérios de Lula.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), um dos grandes artífices dessa ofensiva, alega com ligeireza que, pela Constituição, o Congresso tem o poder da emenda. Por óbvio não se pretende cassar o direito do Legislativo de manejar parte do Orçamento e monitorar sua execução. Trata-se do somente de fazer com que os recursos sejam distribuídos e fiscalizados de modo republicano e eficaz.

O embrião do real

Lançamento da URV completa 30 anos; plano deu certo porque não se limitou a um lampejo criativo

Com o lançamento da Unidade Real de Valor (URV), em 7 de março de 1994, foi posta em prática a primeira fase da engenhosa reforma monetária que levaria ao lançamento da atual moeda brasileira, o real, quatro meses depois.

O marco do plano mais presente na memória coletiva foi a troca das cédulas, mas a transformação teve início com a URV, mecanismo de indexação que buscou o alinhamento dos preços — para que a população recuperasse a percepção do valor dos bens e serviços.

Não à toa, a URV correspondia a US\$1, com reajustes diários na medida de então, o cruzeiro real. Depois, as cifras em URV foram convertidas em reais.

A consistência técnica e jurídica do Plano Real foi um diferencial decisivo em relação às tentativas anteriores. Os fracassos de 1964 precederam proporcionalmente um aprendizado fundamental.

A negociação para conversão dos salários em URV foi talvez o maior desafio político da empreitada, dada a pressão dos sindicatos por ganhos no poder de compra.

Para vencer o veto, o governo Itamar Franco e a equipe do-

ção ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, também inovaram ao fazer a opção política correta. Buscaron o apoio da opinião pública e do Congresso com transparência, sem malabarismos, congelamentos ou intervenções atabalhoadas.

O plano não se esgotou na reforma monetária. Deu início a uma transformação institucional e econômico de grande envergadura.

Os passos seguintes foram esforços para o equilíbrio do Orçamento, num percurso até hoje acidentado, saneamento do sistema financeiro das contas dos Estados, privatizações e abertura econômica.

Socialmente, o impacto foi a proteção dos salários contra a inflação, o que propiciou melhoria da distribuição de renda, continuada nas décadas seguintes com a ampliação da rede de proteção social. Sem a URV, seria muito mais difícil conter a escalada dos preços no Brasil — peculiar devido aos mecanismos arraigados de correção monetária — com os instrumentos tradicionais de política fiscal e de juros. O plano foi bem-sucedido, porém, porque não se limitou a um lampejo de criatividade.



Paz sabotada

Hélio Schwartzman

A guerra em Gaza continua e vai deixando um número absurdo de civis palestinos mortos. No plano internacional, quaisquer simpatias que Israel tenha atraído após os ataques terroristas de 7 de outubro já se esgotaram ou estão em vias de esvaíse, inclusive por parte de aliados próximos como os EUA. Não é para menos. O homicídio em Gaza se faz acompanhar de medidas que parecem criminosamente cruéis. Não vejo como justificar, por exemplo, que Israel limpe a entrada das quantidades necessárias de comida e de medicamentos para os palestinos.

No plano interno, a contestação ao governo de Benjamin Netanyahu também é crescente. A chance realista de libertar os reféns é por meio de um cessar-fogo e uma troca de prisioneiros, mas há motivos para suspeitar que Netanyahu relute em fazê-lo, porque sabe que, assim que as operações militares de maior escala cessarem, ele terá de responder politicamente por seus erros. Não há os serviços de inteligência falharam em detectar a ameaça

de 7 de outubro como sua estratégia de manter com o Hamas um antagonismo administrável (e com isso dispensar-se de negociações de paz) revelou-se um fracasso. O governo talvez não sobreviva a um cessar-fogo e por isso Netanyahu pode estar esquivando a guerra.

Gostaria de poder dizer que, sem essa administração de extrema direita em Israel, a solução de dois Estados fica mais próxima. No médio prazo, talvez até ocorra. EUA, Europa ocidental e alguns governos árabes vão pressionar bastante para tal desfecho. Mas, no curto prazo, caiu o apoio dos israelenses a uma saída negociada. Israelenses viram 7 de outubro como uma ameaça existencial. E a inversa também é verdadeira. Em meio à carnificina, cresceu o apoio dos palestinos ao Hamas.

Há algo de irônico aí. O grupo terrorista sal emendado de seu confronto militar com os israelenses, mas foi vitimismo em seu objetivo de radicalizar a região.

helo@folha.com.br

O centro no vácuo

Dora Kramer

O eleitorado brasileiro está com a polarização e não abre. As pesquisas de opinião mostram isso, a atitude dos políticos comprova disposição de seguir a tendência de se abrigar sob o manto dos torcedores obtidos. Sempre reclamando da direita radicalizada e esquerdista, mas apelando a uma pacificação que mais parece da boca para fora.

Não se vê ninguém realmente empenhado em abrir caminho para o trânsito numa avenida central. Os tentativos frustrados de 2021 e 2022, tudo indica, levaram a um desânimo/conformismo paralitante. Contribuiram para isso as reiteradas previsões de que a construção de uma terceira via estaria fadada ao fracasso.

Aquele tipo de profecia que se cumpre em si. Houve incompetência por parte dos artefices de possíveis alternativas e houve também uma forte campanha contra. Os charutos "bentões" eram alvo de chacotas, por vezes justificadas, erraram muito e acabaram se perdendo. Levaram o centro ao vácuo em que se

encontra. A saída talvez esteja na fidelidade a convicções e firmeza na aplicação dos projetos. Com isso, voltamos às profecias autorrealizáveis. No caso, ao combate aos ataques antidemocráticos por parte do Supremo Tribunal Federal.

Se o STF tivesse se rendido às irômi- as não atuasse com rigor na criação do seu efetivo funcionamento, talvez tivesse se rendido à difusão da ilegalidade cumprindo a si mesma. Assim como o tribunal não se aliou às pressões pressuristas e prontamente empregadas de que o retrocesso era inevitável, pois a crença na funcionalidade das instituições seria obra de ingenuidade, aos pressões arquiteiros da avenida central caberia, quem sabe, uma sacudida de poeira rumo à volta por cima.

Isso, contudo, depende de vontade e empenho, atributos a respeito dos quais não se vislumbram sinais. Parecem todos acomodados aos ditames das paixões num ambiente quentinho, mas improdutivo às necessidades de evolução da cena política nacional.

Ainda falta gritar gol

Alvaro Costa e Silva

No calendário das promessas caríacas, a estação Barão de Mauá é inabituada. Desde que ela foi fechada para o transporte, em 2021, e foi se tornando uma fachada picada e caindo aos pedaços, não houve um ano em que não se anunciasse uma reforma na gare. E aquela que aparece no "Samba do Criolo Doido", de Stanislaw Ponte Preta: "Dona Leopoldina virou trem!" E dom Pedro é uma estação também!

Os passageiros embarcavam para barcos do subúrbio e para Petrópolis, Friburgo, Campos e, usando o Trem de Prata, entre 1994 e 1998 para São Paulo. A eles era oferecido um serviço que aos olhos de hoje parece um luxo inimaginável: cafeteria, barbeiro, engraxate, charuto, e mais. O serviço era tão bom que era condenado a viver na memória afetiva da população.

A construção nunca saiu do papel. O jogo de empurra entre o estado do Rio, a União e a Suprevis, que opera trens urbanos, levou à ruína o projeto construído em 1926 e tombado

como patrimônio histórico. A situação não impediu que empresários e especialistas se agitassem para usar o local como palco de festas rave e, no entorno, instalar um tristemente comum estacionamento de carros.

Um acordo com a União, assinado na semana passada, vai garantir que a prefeitura assumirá a quase centenária Barão de Mauá. Os planos são que a antiga estação se transforme em escola técnica. A área total, com 114 mil metros quadrados, deve ganhar um centro de convenções, um conjunto habitacional financiado pelo programa Minha Casa, Minha Vida e mais uma Cidade do Samba, com destino às escolas técnicas.

Boa jogada de Eduardo Paes, mas há de aguardar para gritar o gol. Pelo menos os imóveis da União espoliados na cidade — são mais de 500, muitos na região central e em zonas nobres — não estão mais indo a leilão, com valores abaixo do mercado, como se fez no governo Bolsonaro, levando a ruína o patrimônio quisieram torrar.

Evangélicos intramuros

Juliano Spyer

Antropólogo, autor de "Fera de Deus" e autor do Observatório Evangélico e diretor do Conselho Nacional

O documentarista Alberto Rinaldi, desafiado a si mesmo ao conceber a série "Evangélicos", que estreia na GNT em abril. Homens gay sem interesse particular por religião, ele desajaz registrar a intimidade de famílias evangélicas como um observador invisível. E quis fazer isso sem recorrer a estereótipos, o que é difícil hoje, considerando a associação entre evangélicos e bolsonarismo. (Para ser transparente, informo aos leitores que atuei como consultor nesse projeto).

Produzir a série envolveu outros desafios. Alberto quis ter personagens em diferentes estados, a fim de retratar o fenômeno para além de São Paulo e Rio. E desajaz que cada episódio inclua uma celebração, para mostrar as vidas dos participantes enquanto se preparam para um evento assim.

Alberto também tinha clareza sobre o que não queria fazer. Ele não queria produzir uma série sociológica na qual especialistas dissecassem esse grupo religioso como algo exótico. Também não pretendia fazer reportagens jornalísticas para expor escândalos envolvendo igrejas ou pastores. Em resumo, buscou — e conseguiu — evitar que a produção em torno do debate sobre religião no Brasil contornasse a experiência da audiência. Em vez disso, ele nos oferece uma janela para as vidas de evangélicos comuns.

Trabalhei liderando uma equipe de dois pesquisadores evangélicos para encontrar esses personagens e posso afirmar que Alberto manteve teimosamente determinado a evitar soluções fáceis. Por exemplo, ele rejeitou a possibilidade de contar a história de dois ex-moradores de rua de Belo Horizonte, negros, que se converteram, superaram a dependência de substâncias e se casaram. Em vez disso, o evangélico negro retratado é alguém com uma história menos óbvia: ele descrevia seu talento musical na igreja e, apesar de sua pouca experiência como ator, tornou-se protagonista de um musical sobre o líder antirracista Martin Luther King.

Por ter acompanhado o projeto, assisti a dois episódios quase finalizados. Sem ser um produto educativo convencional, a série também cumpre essa função. Ela apresenta personagens que podem ser descritos como "típicos", mas que têm experiências de vida, práticas religiosas e visões de mundo muito diferentes entre si. É esse mergulho na rotina de evangélicos que leva a audiência a conhecer por dentro suas igrejas, desde as históricas, com destinação às escolas técnicas, passando pela exuberância do pentecostalismo popular, até chegar às novas denominações que desafiam classificações convencionais.

A aposta pode desagradar a gregos e troianos ou, desafiando a polarização, atrair ambos. A conferir.

spyer@folha.com.br